



**CPG-PMPD/UNIARA
CONSELHO DE PÓS GRADUAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM DIREITO E GESTÃO DE CONFLITOS DA UNIVERSIDADE
DE ARARAQUARA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 01
MATRÍCULA NO CURSO E INFORMAÇÕES DO CURSO**

Para efetivação da matrícula no curso, o aluno deverá devolver os seguintes documentos para a Secretaria de Pós-Graduação em Direito, com as respectivas assinaturas:

1. Ofício de Matrícula inicial do curso
2. Ofício de Matrícula disciplina
3. Ofício de delimitação dos Prazos do discente
4. Ofício de delimitação do Plano de Atividades Acadêmicas
5. Cópia do Histórico Escolar da Graduação/Diploma
6. Cópia da certidão de nascimento/casamento
7. Cópia do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF)

Araraquara, 20 de setembro de 2019.

Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira
Coordenador
Programa de Mestrado Profissional em Direito
PMPD/UNIARA



MAIORES DETALHES DO PROGRAMA

1 SOBRE O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO - PMPD

O Programa de Mestrado Profissional em Direito é um programa de pós-graduação *strictu-sensu*, voltado à formação de mestres em Direito especialistas na área de Gestão de Conflitos.

2 OBJETIVO DO CURSO

O Programa de Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos (PMPD) da UNIARA tem como objetivo principal a formação de pessoal com qualificação técnico-científica para atividades de ensino, pesquisa e extensão em Direito no âmbito da Gestão de Conflitos, privilegiando ainda a produção de conhecimento e transferência de tecnologia Universidade/Organizações. O PMPD tem como objetivos gerais:

- Prezar pela qualidade das atividades de ensino, investigação científico tecnológica e transferência de tecnologia;
- Promover atualização contínua nas áreas específicas do Programa;
- Possibilitar flexibilidade curricular que atenda à diversidade de tendências e evoluções do conhecimento científico multidisciplinar voltado para a área de Direito e Gestão de Conflitos;
- Disponibilizar infraestrutura compatível com o desenvolvimento teórico-prático das habilidades e competências em ensino, pesquisa, extensão e transferência de tecnologia Universidade/Organizações.

Para alcançar este objetivo geral, o PMPD se propõe a:

- Incentivar a produção científica e tecnológica no âmbito institucional;
- Contribuir para a melhoria do ensino superior e da pesquisa na área de Direito e Gestão de Conflitos, mais especificamente em suas especialidades definidas pelas linhas de pesquisa, tanto na UNIARA, como em outras instituições, nas quais seus egressos possam desempenhar, de forma superior, suas funções;



- Propiciar a integração entre ensino e pesquisa em Direito e Gestão de Conflitos pelo intercâmbio de ideias, conhecimentos, atividades pedagógicas e de pesquisa do corpo discente e docente/pesquisador da UNIARA e de outras Instituições e o PMPD, por intermédio de intercâmbio científico;
- Estudar, avaliar e desenvolver, teorias, técnicas e tecnologias utilizadas nas diferentes especialidades que envolvem a área de Direito e Gestão de Conflitos visando a sua melhor apropriação ao ensino, à pesquisa e a atividades profissionais afins e sua repercussão na sociedade;
- Formar mestres capacitados, no âmbito técnico-científico e pedagógico, para o exercício da docência e pesquisa em diferentes especialidades, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e científico desta área do saber.
- Viabilizar a interação e integração dos alunos do PMPD com empresas, viabilizando a geração de artefatos inovadores que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.
- Os objetivos propostos visam o desenvolvimento do PMPD em sua área de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Para tanto, busca-se ampliar o estabelecimento de intercâmbio científico-tecnológico com outras Organizações e Instituições (nacionais e internacionais) e a disseminação do conhecimento produzido por meio de uma ampla discussão e divulgação em eventos científicos e publicações acadêmicas e na área.

3 SOBRE OS REQUISITOS PARA A TITULAÇÃO

Para a obtenção do título de mestre o discente deverá:

- Cumprir no mínimo 28 créditos dos quais, 18 créditos em disciplinas obrigatórias; 10 créditos em disciplinas eletivas ou em Atividades Complementares (AACs).
- Participar e apresentar trabalho, como 1º autor, em evento científico nacional ou internacional, preferencialmente, na área de Ciências Sociais Aplicadas e publicá-lo, em forma de texto completo ou resumo, nos anais do evento;



- Publicar, ou ter encaminhado para publicação, um artigo, no mínimo, em articulação com o seu orientador, em revista científica indexada no sistema Qualis – CAPES, com conceito mínimo B3.
- Comprovar a proficiência em 1 (uma) língua estrangeira segundo os critérios estabelecidos pelo PMPD;
- Ter sido aprovado no exame de qualificação;
- Ter aprovação, em defesa pública, da dissertação e entrega da versão final após a realização da banca em 5 (cinco) vias impressas e encadernadas, nos termos do Regimento, e uma via em forma digital (arquivo em Word e PDF).

4 SOBRE A PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

O exame de proficiência em língua estrangeira (Inglês) é obrigatório para todos os discentes matriculados no PMPD.

- É considerado aprovado no exame de Proficiência em Língua Estrangeira o candidato que apresentar documentos comprobatórios de aprovação em exames conduzidos por entidades reconhecidas e certificadas pelo Colegiado do PMPD, com prazo de validade de 4 (quatro) anos;
- São aceitos os seguintes Certificados:
 - Certificado de aptidão emitido pelo PMPD em prova interna - pontuação mínima: 6,0;
 - TEAP - área de Humanas/Sociais - pontuação mínima: 60;
 - TOEFL – Paper-based Test - pontuação mínima: 533; Computer based: 210;
 - TOEFL – IBT (Internet Based Test) - pontuação mínima: 72;
 - TOEFL - ITP - pontuação mínima: 533
 - IELTS – International English Language Testing System - pontuação mínima: 5,5;
 - Cambridge English: Proficiency (CPE) - pontuação mínima: C;
 - Cambridge English: Advanced (CAE) - pontuação mínima: C;
 - Cambridge English: First (FCE) - pontuação mínima: B;



- Em relação ao certificado de aptidão emitido pelo PMPD em prova interna, indica-se que o programa oferecerá, anualmente, a oportunidade dos discentes realizarem uma prova interna de proficiência.
- O certificado de Proficiência em Língua Estrangeira é um requisito para solicitação do exame de qualificação;
- Alunos de Mestrado que comprovem ter realizado sua graduação no exterior em língua inglesa ficam dispensados de exame de proficiência;
- Para os alunos estrangeiros, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa é obrigatório e deve ser entregue no ato de inscrição do processo seletivo.
- O exame de proficiência em língua portuguesa, para alunos estrangeiros, deve ser efetuado nas quatro habilidades - compreender, falar, ler e escrever.
- Os custos relacionados à realização dos exames de proficiência são de responsabilidade dos discentes

5 SOBRE O EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Após a aprovação em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (língua inglesa) e completar o número mínimo de créditos exigidos, o aluno se submeterá a um Exame de Qualificação, que consistirá na apresentação de um Relatório de Qualificação, relativo ao tema de seu Trabalho Final de Conclusão de Curso.

O Exame de Qualificação tem a finalidade de:

- Avaliar a capacidade de análise e síntese do candidato, considerando-se as atividades desenvolvidas nas disciplinas cursadas e em seu projeto de dissertação;
- Orientar o candidato quanto à etapa final de seu curso de mestrado;
- Avaliar a maturidade científica do aluno e os progressos obtidos até então em seu projeto.

O exame de qualificação requer que o aluno:

- Tenha completado o número mínimo de créditos exigidos no Programa;
- Realizar o exame até, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes da defesa final da dissertação;



- Encaminhe solicitação de qualificação, com a autorização do orientador, constando de sugestão de data, formação de banca e entrega dos exemplares, um para cada membro da Banca Examinadora, à Secretaria do PMPD.

Para o Exame de Qualificação do Mestrado, a banca deve ser constituída pelo orientador e por 2 (dois) examinadores, dos quais 1 (um) deve ser externo ao PMPD;

O aluno fará a apresentação de um relatório de qualificação no formato oral, com duração de 30 a 50 minutos, perante a Banca Examinadora;

Sendo assim, o aluno deverá entregar um Relatório de Qualificação, que consiste em um texto no formato de Relatório Técnico Científico com conteúdo relacionado ao resultado parcial da pesquisa do/a discente, devendo o mesmo seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Nota-se que será disponibilizado um template com a estrutura a ser seguida.

Sempre que possível o Relatório Técnico-Científico deve contemplar um diagnóstico sobre a organização e/ou o objetivo da pesquisa de maneira a gerar um trabalho técnico ou científico, a ser publicado pelo PMPD.

6 SOBRE O TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO E A DEFESA DA DISSERTAÇÃO

O Trabalho Final para Conclusão de Curso (TFCC) deverá ser apresentado a uma Banca Examinadora depois de completados todos os créditos em disciplinas e de obtida a aprovação no Exame de Qualificação.

A apresentação da dissertação é a fase final do Curso de Mestrado, e somente pode ser requerida pelo orientador, ao Colegiado do PMPD, após o aluno ter cumprido, satisfatoriamente, as seguintes exigências mínimas:

- Completado os créditos em disciplinas e AACs;
- Ter sido aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;
- Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;

A Defesa Pública da Dissertação é realizada perante Banca Examinadora presidida pelo Orientador composta por mais 2 (dois) examinadores titulares, portadores do título de



doutor, sendo ao menos 1 (um) externo ao PMPD, pertencente a um programa *Stricto Sensu* recomendado pela CAPES, proposto pelo Orientador, ouvido o Orientando, e designado pela Colegiado do PMPD.

Cada Banca Examinadora tem 2 (dois) examinadores suplentes. Um externo ao PMPD, pertencente a um programa *Stricto Sensu* recomendado pela CAPES, para substituição em caso de ausência de examinador externo titular; outro interno, professor do PMPD, para substituição em eventual ausência de examinador interno titular;

O mestrando tem um tempo de até 30 (trinta) minutos para sua apresentação e na arguição os Membros da Banca Examinadora têm até 30 minutos cada;

Para a Defesa Pública, o mestrando deve ter concluído todas as suas obrigações acadêmicas e depositar, na Secretaria da Pós-Graduação, 1 (um) exemplar impresso, para cada membro titular e suplente da Banca Examinadora, da versão final da Dissertação encadernada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

Na Defesa Pública da Dissertação, por decisão da maioria da Banca Examinadora, o mestrando é considerado aprovado ou reprovado;

A versão final depositada pelo mestrando para a Defesa Pública da Dissertação, devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo próprio mestrando, é arquivada no PMPD-UNIARA e divulgada no portal de dissertações e teses CAPES.

Se a Banca Examinadora exigir correções e alterações no texto apresentado, o aluno deve, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da defesa, realizar as modificações, incluí-las na versão digital e em um novo exemplar da Dissertação impresso, apresentando-os ao Orientador, para serem conferidos e encaminhados ao Colegiado do PMPD;

Somente após a anuência documentada pelo Orientador, a versão final da Dissertação corrigida será encaminhada, em meio digital ou impresso, a escolha de cada membro titular da Banca Examinadora, à Secretaria do PMPD-UNIARA para posterior expedição dos documentos comprobatórios de Defesa Pública



7 SOBRE OS POSSÍVEIS FORMATOS DO TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO E A DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Considerando a natureza epistemológica dos Mestrados Profissionais, o Trabalho de Conclusão Final do Curso (TCFC) deve procurar contribuir para a produção, apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos, com foco na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a resolução de situações e problemas concretos.

Outra especificidade dos Mestrados Profissionais, que o difere do mestrado acadêmico, diz respeito aos modelos de avaliação e ao produto final a ser desenvolvido com pré requisito de conclusão de curso. Em seu caráter pedagógico, o produto final visa integrar teoria prática, há exigência para apresentação de um trabalho final que tenha um caráter predominantemente aplicado, no dia-a-dia o aluno, em seu ambiente profissional, e que pode ser apresentado sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, patente, registros de propriedade intelectual, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais, softwares, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, e proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente.

Nesta perspectiva, o Mestrado Profissional em Direito tem procurado valorizar, desde a participação do candidato no processo seletivo, a apresentação de Trabalho de Conclusão Final do Curso que sinalizem para a solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação no âmbito da mediação de conflitos e desjudicialização.

8 SOBRE O TÍTULO DE MESTRE

Os requisitos mínimos para obtenção do título de Mestre em Direito são: ser portador de diploma de graduação, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e devidamente registrado; integralizar 28 créditos em disciplinas; ser aprovado no Exame de Qualificação; ser aprovado na Defesa do Trabalho Final de Conclusão de Curso.



9 SOBRE O LOCAL E HORÁRIO DE AULA

As aulas, presenciais, são ministradas nas dependências da Uniara, na unidade 2, podendo ser oferecidas de sexta-feira (manhã, tarde ou noite) e/ou sábados pela manhã. As informações sobre o calendário letivo serão disponibilizadas no ambiente virtual do clasrron no início de cada semestre.

10 SOBRE OS ORIENTADORES E AS LINHAS DE PESQUISA

Ao término do primeiro semestre letivo, serão definidos, para cada aluno, as linhas de pesquisa e respectivo orientador, observando-se as normas fixadas pela CPG em que, obrigatoriamente, se levará em conta, no mínimo, a disponibilidade de vaga de cada orientador e o mérito acadêmico do aluno.

10.1 Sobre as linhas de pesquisa

Linha 1 - Poder Judiciário e Gestão de Conflitos: essa linha de pesquisa proporciona sustentação às disciplinas e projetos de pesquisa voltados para o estudo e análise quantitativa e qualitativa da estrutura, da organização, do funcionamento, dos procedimentos e dos demais instrumentos e mecanismos aplicados pelo Poder Judiciário brasileiro no processo de gestão e solução de conflitos. Nesta linha serão analisadas e discutidas as políticas de inovação de conflitos estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. A articulação entre a garantia dos direitos fundamentais e a institucionalização de políticas públicas voltadas para garantir o acesso à justiça. A utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação como instrumentos importantes e necessários para o processo de construção de soluções de conflitos. O instituto da sustentabilidade e seus impactos para as decisões judiciais.

Linha 2 - Desjudicialização e modelos de solução de conflitos: essa linha proporciona sustentação às disciplinas e projetos de pesquisa voltados para o estudo e análise quantitativa e qualitativa dos mecanismos extrajudiciais aplicados na solução de conflitos. Nesta linha de pesquisa serão analisados e discutidos os instrumentos e técnicas de resolução de conflitos utilizados frente ao mundo globalizado. O instrumento da arbitragem como mecanismo de resolução de conflitos utilizado pelo mercado. Que papel estaria reservado aos cartórios



extrajudiciais para a resolução de conflitos. Como a justiça comunitária poderia contribuir no processo de resolução de conflitos mais participativo e legítimo.

10.2 Sobre os professores (corpo docente)

Edmundo Alves de Oliveira

Formação acadêmica: Doutor em sociologia; Mestre em Sociologia; Especialista em Administração Pública; Bacharel em Ciências Sociais; Licenciado em Ciências Sociais;

Atividades Acadêmicas e Publicações: Apresenta experiência docente desde 1998; É coordenador do Programa de Mestrado em Direito e Gestão de Conflitos da Universidade de Araraquara- UNIARA; É coordenador Geral do NEAD da Universidade de Araraquara; É coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UNIARA); É professor do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Araraquara; É professor titular na Graduação em Direito da Universidade de Araraquara; É vice coordenador da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Linhas de Pesquisa: Desjudicialização e modelos de solução de conflitos

Área de Atuação: Tem Experiência de pesquisas financiadas pelo Cnpq, Capes e Funadesp na área de Ciências Sociais Aplicada, Sociologia Jurídica, Administração Pública com ênfase em Análise de Políticas Públicas e Processo Decisório e Gerencial, bem como, desenvolveu pesquisas sobre a temática da violência juvenil e identidade ético-racial.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4620256355323820>

Ricardo Augusto Bonotto Barboza

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998; Especialista em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001; Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2003; Doutor em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011; Pós Doutor em Inovação em Micro e Pequena Empresa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2013.

Linha de Pesquisa: Desjudicialização e modelos de solução de conflitos



Área de Atuação: Professor e pesquisador há mais de 10 anos, desenvolve projeto de pesquisa relacionado a empreendedorismo e inovação para micro e pequenas empresas, tendo pesquisado nestes anos fragilidades e virtudes das Micro e Pequenas Empresas de base tradicional e tecnológica em empreendedorismo e inovação. Tem como foco de pesquisa no Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos a análise do empreendedorismo sob a ótica da precarização ou não do emprego e as consequências jurídicas desse processo. Em adição estuda Empreendedorismo e Inovação em Micro e Pequenas Empresas

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7895809741049458>

Aline Ouriques Freire Fernandes

Formação Acadêmica: Bacharela em Direito pela UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa - 2000; Formada pela ESMAPE - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco - Especialização lato sensu em Direito Público – 2001; Especialista em Direito Tributário pela UNAERP - Ribeirão Preto - 2007; Mestra em Direitos Coletivos, Cidadania e Função Social pela UNAERP - 2011; Doutora em Direito Constitucional e Acesso à Justiça pela FADISP – São Paulo – 2016;

Linha de Pesquisa: Desjudicialização e modelos de solução de conflitos

Área de Atuação: Professora, pesquisadora há mais de 10 anos. Como docente e pesquisadora desenvolve projeto de pesquisa pela Funadesp no Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos relacionado a efetividade da gestão de conflitos através das entidades do Terceiro Setor. O interesse de pesquisa, portanto, é para temas voltados aos Direitos Humanos, Direito Constitucional, Terceiro Setor e Gestão de Conflitos na sociedade. Advogada com atuação em Terceiro Setor e Empresas.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0570803867700533>

Augusto Martinez Perez Filho

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF (Municipal), 2002; *Master of Laws* (LLM) pela Brigham Young University – BYU (EUA), 2004; Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012; Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), 2019.



Linhas de Pesquisa: Poder Judiciário e Gestão de Conflitos

Área de Atuação: Professor, pesquisador e advogado. Desenvolve projeto de pesquisa relacionado a gestão de conflitos (prevenção, mitigação e resolução) em sistema multiportas e no Poder Judiciário, com ênfase nos seguintes temas: segurança pública; combate à corrupção; auxílio ao empreendedorismo; combate à corrupção; programas de integridade (compliance) na Administração Pública; acesso e concretização do direito à educação e à saúde; habitação; urbanismo; mobilidade; desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2842012088424496>

Carla AbrantkoskiRister

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (USP), 1988; Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), 1997; Mestre em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (USP), 1992; Doutora em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, (USP), 2003; Pós Doutora em Direito Público pela Universidad de Santiago de Compostela - Campus Santiago, USC, Santiago De Compostela, Espanha, (2018).

Linha de Pesquisa: Desjudicialização e Modelos de solução de conflitos

Área de Atuação: Juíza Federal há 20 anos, docente e pesquisadora desde 2014, desenvolve projeto de pesquisa sobre os *"Novos Direitos e os desafios financeiros para sua implementação, assim como a análise da corrupção como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social"*. Atua também como docente no curso de Graduação em Direito da Universidade de Araraquara (UNIARA) e Centro Universitário Central Paulista (UNICEP). Tem experiência na área de Direito com ênfase em Direito ao desenvolvimento e sustentabilidade no tripé (Econômico, Social e Ambiental). O foco das pesquisas são Análises Econômico – Financeiro, Tributário, Internacional e Ambiental.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2702596606395893>



Júlio César Franceschet

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2005; Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2007; Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP), 2012.

Linhas de Pesquisa: Poder Judiciário e Gestão de Conflitos;

Área de Atuação: Juiz de Direito Estadual (TJSP) há 11 anos, sendo juiz substituto na Circunscrição de Araraquara/SP (2009-2012); juiz titular da 2ª Vara Judicial da Comarca de Monte Alto/SP (2012-2017); juiz titular da Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ibitinga/SP (2017-atual). Professor universitário há mais de 10 anos, desenvolve projetos de pesquisa relacionados com o direito privado e o papel do Poder Judiciário na prevenção e gestão de conflitos. Tem como foco de pesquisa no Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos a análise dos mecanismos de acesso à justiça, desjudicialização e modelos de solução de conflitos, além do estudo dos direitos privados da personalidade no contexto da sucessão hereditária. Autor e coordenador de diversos artigos e obras jurídicas

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1200659079498413>

Leonel Cezar Rodrigues

Formação Acadêmica: Bacharel e Licenciado em Química pela Universidade Regional de Blumenau (1973/4); Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (2015); Aperfeiçoamento em Adm. de Ciência e Tecnologia pela Universidade de São Paulo (1980); Especialização em Cooperação Técnica Internacional pela Universidade de São Paulo (1991); Mestre em Administração da Tecnologia pela Vanderbilt University (TN, USA) (1986); Doutor em Administração de Sistemas de Ciência e Tecnologia pela Vanderbilt University (TN, USA) (1990); Visiting Professor na Old Dominion University – Norfolk (VA, USA) (1996); Pós- Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (2006)

Linha de Pesquisa: Desjudicialização e Modelos de solução de conflitos.

Projeto de Pesquisa: Inovações em Desjudicialização. Estuda os fundamentos da desjudicialização, com vistas à identificação de tipos e princípios de inovação incorporados em seus processos. As pesquisas envolvem o evidenciamento do arcabouço lógico que



sustenta a inovação embutida em processos de demandas e julgamentos, com o objetivo de extrair princípios e tipos de inovação que possam sustentar doutrinas e gerar modelos de desjudicialização inovadores.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9075295558587388>

Plínio A. B. Gentil

Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela PUC-SP; Mestre em Direito pela Unifran; Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP; Doutor em Fundamentos da Educação pela UFSCar.

Atividades Profissionais: É procurador de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e integrante do Coletivo Por um Ministério Público Transformador. Compôs banca examinadora de concurso de ingresso para a carreira de Promotor de Justiça. Professor universitário na PUC-SP e UNIP (nesta desde 1990, ininterruptamente) e no Programa de Mestrado da UNIARA. Foi docente do Mestrado em Direito do Centro Universitário Toledo-Araçatuba. Já coordenou curso de Direito (Imesb-Bebedouro), sendo um dos responsáveis pela reformulação do projeto pedagógico e condução do processo que levou ao reconhecimento do curso, ainda antes do início do quinto ano da primeira turma. Foi idealizador/coordenador do Curso de Pós-Graduação lato sensu de Direito Penal e Processo Penal da Faculdade de Direito de S. Bernardo do Campo. É membro do conselho editorial/consultivo de revistas científicas, inclusive multidisciplinar. Designado pelo MEC/SESu, fez verificações especiais em cursos de Direito. Participa, como pesquisador, do Grupo de Pesquisa "Educação e Direito", da UFSCar, cadastrado no CNPq.

Linhas de Pesquisa: Poder Judiciário e Gestão de Conflitos

Área de Atuação: Atua, como pesquisador, docente e procurador, principalmente nas áreas de políticas públicas, direito penal, processual penal, direitos humanos, educação, ciência política, ensino jurídico. Participa de congressos e encontros, nacionais e internacionais, nas áreas de Direito e Educação, contando com livros, capítulos e artigos publicados. Acredita na função emancipadora da educação, que considera direito social e serviço público, nunca mercadoria.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8442080379349434>



Raul de Mello Franco Júnior

Formação Acadêmica: Formação em Filosofia pelo Seminário Diocesano de São Carlos, 1982; **Bacharel** em Direito pela Universidade de Araraquara (UNIARA), 1986; **Especialista** em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade de Araraquara / Instituto Nacional de Pós Graduação (UNIARA/INPG), 1999; **Mestre** em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2005 ; **Doutor** em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, 2015, com título reconhecido pela USP-São Paulo;

Atividades Profissionais: Promotor de Justiça junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo (1988-2019); Docência no Ensino Superior (graduação), na disciplina de Direito Financeiro e Tributário (1992-1995); Docência no Ensino Superior (graduação), na disciplina de Direito Constitucional (1995-até a presente data); Docência em Cursos Preparatórios e Pós-Graduação (Curso Forense-Ribeirão Preto e Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - 2001-2019); Advocacia Privada (a partir de 2020)

Linhas de Pesquisa: Poder Judiciário e Gestão de Conflitos

Área de Atuação: Membro do Ministério Público por mais de 30 anos, com atuação principal voltada ao Direito Público (controle dos atos da Administração Pública) e ao Direito do Consumidor. Professor e pesquisador há 29 anos, com ênfase nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6280280004463247>

Sérgio de Oliveira Médici

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (Instituição Toledo de Ensino). Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Linhas de Pesquisa: Poder judiciário e gestão de conflitos

Área de Atuação: Desenvolve pesquisa no Curso de Mestrado em Direito da UNIARA com foco na possibilidade de acordo no âmbito processual penal em face de princípios da



obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública. Busca desenvolver pesquisas na área da gestão extrajudicial de conflitos nas áreas penal, processual penal e ambiental.

Endereço do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5059914847514945>

11 SOBRE AS DISCIPLINAS

A seguir apresenta-se uma lista das disciplinas que serão oferecidas aos discentes, nota-se que as mesmas podem sofrer alteração, novas disciplinas podem ser ofertadas e as mesmas podem

11.1 Disciplinas obrigatórias (para todos os alunos)

- Métodos e técnicas de estudos de casos aplicados ao direito.
- Metodologia de pesquisa.
- Direitos humanos, gestão de conflitos e novos direitos
- O papel do poder judiciário na gestão de conflitos privados
- Sociedade e direito: Novas tecnologias e gestão de conflitos
- Seminário de conclusão de curso

11.2 Disciplinas eletivas

- Modelagem de negócios e de empreendimentos no contexto da prevenção de conflitos
- Estados Democráticos e Organização da Administração Pública na Gestão de Conflitos
- Políticas Públicas e acesso à justiça
- Despenalização em Direito Criminal
- Gestão Extrajudicial de Conflitos
- Atuação extrajudicial do Ministério Público
- Estudos Estratégicos, Soberania e Gestão de Conflitos
- Educação em Cidadania para a Gestão de Conflitos
- Gestão e prevenção de conflitos no direito das famílias e das sucessões



- Tecnologia, Inovação: Impactos sobre as dimensões operacional e judicial do Direito
- Sustentabilidade e Impacto das Decisões Judiciais

11.3 Atividades complementares

As atividades formativas complementares compõem horas de atividades de aprofundamento em áreas específicas da educação que atendam os interesses dos alunos. Dentro dessas atividades destacam-se: cursos de extensão, monitoria, ciclos de estudos, disciplinas cursadas em outros cursos desde que atendam aos objetivos da Proposta Pedagógica do programa; planejamento e organização de oficinas; planejamento e organização de projetos; atividades de estudo, práticas ou atividades de natureza científica, cultural, social, assistencial, técnica ou profissional, executadas pelos estudantes por meio de participação de minicursos; cursos de extensão curricular; Projetos de Pesquisa e extensão ou participação voluntária; publicação de artigos relacionados à área; atividades teórico práticas de aprofundamento; participação em congressos, eventos, jornadas educacionais, articuladas com as demais dimensões curriculares que visam o enriquecimento e a atualização do processo de formação do mestrando; e estudos independentes e complementares de natureza acadêmica do Curso. Referem-se, portanto, ao conjunto de atividades que devem ser realizadas pelos alunos no âmbito do curso de graduação e são entendidas como toda e qualquer atividade pertinente e útil para a formação humana e profissional do aluno.

12 SOBRE AS PUBLICAÇÕES ESPERADAS

É esperado dos alunos que eles efetivem com recorrência a publicação de produtos técnicos e acadêmicos. Espera-se também, que o currículo lattes seja atualizado com frequência, sempre que novas atividades sejam executadas.

12.1 Produção técnica e tecnológica

- Patente
- Programa de Computador sem registro de patente 5



- Assessoria
- Consultoria
- Relatório Técnico
- Material Didático ou Instrucional
- Editoração
- Entrevistas, Mesa Redonda, Programas ou Comentário na Mídia
- Relatório Científico de Projetos Financiados
- Redes Sociais, Websites e Blogs
- Organização de Eventos
- Avaliação de Artigos Periódicos
- Avaliação de Artigos Congresso
- Curso de Curta Duração Ministrado
- Moderador de Sessão
- Participação de Bancas Examinadoras
- Palestras ministradas

12.2 Produção acadêmica

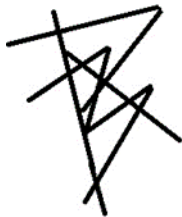
- Artigos Completos Publicados em Periódicos
- Artigos Aceitos para Publicação
- Livro ou Capítulo de Livro
- Livro Publicado / Organizado
- Capítulo de Livro Publicado
- Texto em Jornal ou Revista (magazine)
- Trabalhos Publicados em Anais de Eventos
- Apresentação de Trabalho
- Traduções, Prefácio, Posfácio

12.3 Eventos científicos indicados

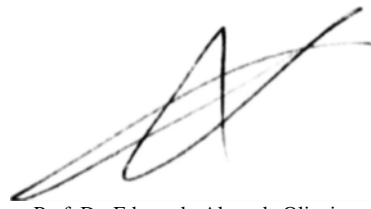
- CONPED (3 Eventos por ano - <https://www.conpedi.org.br/>)



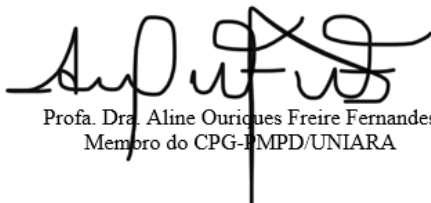
- Congresso Brasileiro de Arbitragem e Mediação Empresarial
- Congresso Internacional de Mediação Empresarial
- Congresso Internacional de Arbitragem
- CIC (UNIARA)



Prof. Dr. Ricardo Bonotto
Coordenador Adjunto do Programa de Mestrado Profissional em Direito



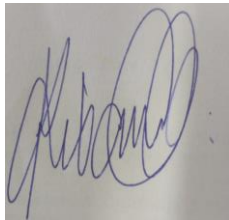
Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira
Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Direito



Profa. Dra. Aline Ouriques Freire Fernandes
Membro do CPG-PMPD/UNIARA



Prof. Dr. Augusto Martinez Perez Filho
Membro do CPG-PMPD/UNIARA



Alexandre Eli Alves
Membro do CPG-PMPD/Uniara - Representante discente